

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.341 - RS (2019/0358452-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : VALDEMIR GODOY DE MATOS (PRESO)
ADVOGADOS : JOSÉ HENRIQUE SALIM SCHMIDT - RS043698
PAULO DE TARSO DALLA COSTA - RS058322
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VALDEMIR GODOY DE MATOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n.º 0232583-83.2019.8.21.7000).

Consta nos autos que o Recorrente foi denunciado pela suposta prática dos delitos de homicídio doloso, associação criminosa e ocultação de cadáver, contra duas vítimas, que teriam sido assassinadas a mando de chefe do tráfico preso. O acusado é apontado como o coordenador da ação delituosa, sendo ele um dos principais gerentes da facção criminosa responsável pelo crime, descoberto por meio de interceptações telefônicas.

No dia 28/03/2019, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do Acusado, em atendimento à representação da Autoridade Policial. O mandado de prisão não foi cumprido, pois o Recorrente está em local ignorado.

O decreto construtivo foi mantido pelo Tribunal *a quo* no acórdão recorrido, nos termos da seguinte ementa (fl. 671):

"HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. DOIS HOMICÍDIOS DUPLAMENTE QUALIFICADOS, DUAS DESTRUIÇÕES DE CADÁVER E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. HIGIDEZ DO PERICULUM LIBERTATIS . PRISÃO MANTIDA.

1. As peculiaridades dos delitos imputados, as condições pessoais do réu e sua periculosidade (pelo modus operandi) justificam a segregação preventiva, afigurando-se hígidos o fumus commissi delicti e periculum libertatis . No caso, sobressai que investigações policiais, com interceptação telefônica, constatou que um grupo formado por 9 integrantes de uma facção criminosa teria organizado a execução dos dois ofendidos. Após a execução dos homicídios, os réus, ainda, destruíram os cadáveres, ateando-lhes fogo.

2. Tal cenário justifica a medida cautelar, para garantia da ordem pública e instrução criminal, ante as circunstâncias dos delitos

imputados e a existência de sensível probabilidade de o réu reiterar a prática de delitos, obstaculizar o regular processamento do feito e furtar-se da aplicação da lei penal.

4. Segregação mantida.

ORDEM DENEGADA."

Defende a insurgência, em suma, *"que o decreto prisional carece de indícios suficientes de autoria, do fumus commissi delicti, bem como de fundamentação idônea"* (fl. 696). Busca que a revogação da prisão preventiva ou a substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, diante do que consignou a Corte de origem, **ao manter a prisão preventiva do Paciente**, *in verbis* (fls. 679-682):

"Acerca do requisito fumus commissi delicti, os documentos que instruem o writ demonstram que os fatos delituosos imputados são aparentemente típicos, ilícitos e culpáveis, pelo que sobressai da decisão que recebeu a denúncia. Além do mais, existem indícios suficientes de autoria delitiva, que, por ora, vêm consubstanciados no Inquérito Policial.

Por fim, o requisito do periculum libertatis está igualmente hígido, mostrando-se necessária a manutenção da segregação cautelar, por ora, para (a) garantia da ordem pública, (b) conveniência da instrução, e (c) evitar a reiteração criminosa, tendo em vista a gravidade concreta dos delitos imputados e a periculosidade do paciente.

Com efeito, sobressai do expediente que um grupo formado por supostos integrantes da facção 'Morro da Aparecida' teria organizado a morte das vítimas, a mando de um dos gerentes recolhidos no sistema carcerário, que seria o paciente Valdemir e coordenada por outro, que seria o coacusado Fábio. Nesse cenário, cada um dos nove integrantes do grupo se responsabilizou por uma tarefa, a fim a lograrem êxito na consumação dos delitos. Ainda, através de interceptação telefônica, autorizada judicialmente, apurou-se que Valdemir Godoy de Matos foi o coordenador da ação delituosa, sendo ele um dos principais gerentes da facção 'Morro da Aparecida', e que as ordens de execução partiram de Fábio Lemes Nunes e foram cumpridas por Valdemir Godoy de Matos, Demétrio Wiskow Lemes, Maike Andrey Ribeiro da Silva, Luís Fernando

Superior Tribunal de Justiça

Padilha Costa, Dayron Maia Marques Medeiros Gomes (já falecido), Maicon César Flores da Silva e uma pessoa ainda não identificada que tinha o apelido de 'Modinha'. Os homicídios teriam sido praticados mediante emboscada, visto que ambas as vítimas foram atraídas de Porto Alegre a Viamão (local da execução). A motivação do homicídio de Alexandre (2º fato) seria 'queima de arquivo', enquanto a motivação da morte de Guilherme (3º fato) teria decorrido de divergências relacionadas ao tráfico de droga. Por fim, após a prática dos homicídios, os réus teriam destruído o cadáver das vítimas, colocando-as no interior de um automóvel em que atearam fogo.

[...]

As informações obtidas pela autoridade policial advêm de expediente instaurado pela Promotoria de justiça Especial no Combate à Lavagem de Dinheiro, com o objeto de apurar crimes de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e envolvimento de policiais militares com integrantes de dita facção. Tais peculiaridades fáticas, além de apontarem a um estilo de vida possivelmente voltado à reiteração delituosa, indicam que o paciente não demonstra condições de se adequar à liberdade provisória."

Como bem ressaltou o acórdão impugnado, vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal, com o recebimento da denúncia, reconhecer que os indícios de materialidade e autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do *habeas corpus*.

Outrossim, em juízo de cognição sumária, a custódia cautelar foi devidamente fundamentada, pois "[n]os termos de reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é cabível a prisão para a garantia da ordem pública, quando se sabe que o delito de homicídio qualificado foi praticado em decorrência de disputa relacionada ao tráfico drogas, porque patente o risco de reiteração delitiva." (HC 484.182/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 10/04/2019.)

Ressaltaram as instâncias ordinárias, ademais, que Réu está foragido e reitera na prática de crimes graves, por ser apontado como chefe de organização criminosa voltada ao tráfico de drogas, o que também motiva adequadamente a constrição preventiva.

Destaco, por oportuno:

"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. REINCIDÊNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO.

1. *Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada na reincidência, noticiando os autos que o paciente possui duas condenações transitadas em julgado, sendo uma por tráfico de drogas em Goiânia e outra por uso de documento falso em Inhumas, ambas ocorridas antes da data deste fato, além de ter mais um processo criminal ainda em andamento (fl. 147), bem como que empreendeu fuga do presídio local, não há falar-se em ilegalidade do decreto prisional.*

2. *Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.*

3. *A aferição da razoabilidade da duração do processo não se efetiva de forma meramente aritmética. Nesta perspectiva, não se verifica ilegalidade quando o andamento processual encontra-se compatível com as particularidades da causa, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia.*

4. *Embora o acusado esteja preso desde 22/3/2017 e a sentença tenha sido anulada pelo Tribunal de origem para que seja realizado novo julgamento, a custódia cautelar, no momento, não se revela desproporcional diante das penas em abstrato atribuídas ao delito pelo que o paciente foi pronunciado.*

5. *Habeas corpus denegado.*" (HC 451.323/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018.)

É certo, ainda, que, demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de origem e ao Juízo de

Superior Tribunal de Justiça

primeiro grau sobre a situação prisional do Recorrente e o andamento do feito, nas quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora